



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade
Brasil

Soares, Magda

NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA: LETRAMENTO NA CIBERCULTURA

Educação & Sociedade, vol. 23, núm. 81, dezembro, 2002, pp. 143-160

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313722008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA: LETRAMENTO NA CIBERCULTURA

MAGDA SOARES*

RESUMO: No contexto de uma diferenciação entre a cultura do papel e a cultura da tela, ou cibercultura, o artigo busca uma melhor compreensão do conceito de letramento, confrontando tecnologias tipográficas e tecnologias digitais de leitura e de escrita, a partir de diferenças relativas ao espaço da escrita e aos mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita; argumenta que cada uma dessas tecnologias tem determinados efeitos sociais, cognitivos e discursivos, resultando em modalidades diferentes de letramento, o que sugere que a palavra seja pluralizada: há *letramentos*, não *letramento*.

Palavras-chave: Letramento. Cultura do papel. Cibercultura. Práticas de leitura. Práticas de escrita.

NEW READING AND WRITING PRACTICES: LITERACY IN THE CYBERCULTURE

ABSTRACT: In the context of two different cultures – print culture and electronic culture, or cyberculture –, this article seeks a clearer comprehension of literacy opposing typographic and digital technologies of reading and writing. Through the differences regarding the writing space and the mechanisms of producing, reproducing and diffusing ideas, it argues that different kinds of literacy – that is, different social, cognitive and discursive effects – have resulted from such different modalities of written communication. Since literacy is not a single, homogeneous phenomenon, it finally suggests this word should be used in its plural rather than singular form: *literacies*.

Key words: Literacy. Print culture. Cyberculture. Reading practices. Writing practices.

* Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mbecker.soares@terra.com.br

Em um movimento de certa forma contrário ao mais freqüente, que é o de ampliar a compreensão do presente interrogando o passado que o gerou, tenta-se, neste texto, essa mesma compreensão do presente interrogando o futuro que nele está sendo gerado. Em outras palavras: o que aqui se pretende é perseguir uma mais ampla compreensão de *letramento*, buscando um novo sentido que essa palavra e fenômeno, recém-introduzidos no contexto de uma *cultura do papel*, e nela ainda não plenamente compreendidos, já vêm adquirindo, como consequência do surgimento, ao lado da cultura do papel, de uma *cibercultura*.¹

Conceitos de letramento

O plural, nesse subtítulo – *conceitos* –, explica-se pela imprecisão que, na literatura educacional brasileira, ainda marca a definição de letramento, imprecisão compreensível se se considera que o termo foi recentemente introduzido nas áreas das letras e da educação.² Entretanto, não há, propriamente, uma diversidade de conceitos, mas diversidade de ênfases na caracterização do fenômeno.

Há autores que consideram que letramento *são* as práticas de leitura e escrita: segundo Kleiman (1995, p. 19): “Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Em texto posterior, a autora declara entender letramento “como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita” (idem, 1998, p. 181). Nessa concepção, letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade.

Já Tfouni (1988, p. 16), em obra que foi uma das primeiras a não só utilizar, mas também a definir o termo letramento, conceitua-o em confronto com alfabetização, conceito que reafirma em obra posterior: “Enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (idem, 1995, p. 20). A autora reafirma essa diferença entre alfabetização e letramento insistindo no caráter individual daquela e social deste:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é

levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual. O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas. (Idem, 1988, p. 9, e 1995, p. 9-10).

Assim, para Tfouni, letramento são as conseqüências sociais e históricas da introdução da escrita em uma sociedade, “as mudanças sociais e discursivas que ocorrem em uma sociedade quando ela se torna letrada” (1995, p. 20). Conclui-se que Tfouni toma, para conceituar letramento, o impacto social da escrita, que, para Kleiman, é apenas um dos componentes desse fenômeno; Kleiman acrescenta a esse outros componentes: também as próprias práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que elas ocorrem compõem o conceito de letramento. Em ambas as autoras, porém, o núcleo do conceito de letramento são as práticas sociais de leitura e de escrita, para além da aquisição do sistema de escrita, ou seja, para além da alfabetização.

Embora mantendo esse foco nas práticas sociais de leitura e de escrita, este texto fundamenta-se numa concepção de letramento como sendo não as próprias *práticas* de leitura e escrita, e/ou *os eventos* relacionados com o uso e função dessas práticas, ou ainda o *impacto* ou as *conseqüências* da escrita sobre a sociedade, mas, para além de tudo isso, o *estado* ou *condição* de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação – os *eventos de letramento*, tal como definidos por Heath (1982, p. 93): “A literacy event is any occasion in which a piece of writing is integral to the nature of participant’s interactions and their interpretive processes.” (Um evento de letramento é qualquer situação em que um portador qualquer de escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação.) Ou seja: coerentemente com o conceito apresentado em Soares (1998b), letramento é, na argumentação desenvolvida neste texto, o *estado* ou *condição* de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que esta concepção acrescenta às anteriormente citadas é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto,

têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado *estado* ou *condição* de inserção em uma sociedade letrada.³

Letramento é, nesta concepção, o contrário de *analfabetismo* (razão pela qual a palavra *alfabetismo* tem sido freqüentemente usada em lugar de *letramento*, e seria mesmo mais vernáculo que esta última). Se analfabetismo é, como habitualmente definido nos dicionários, o *estado de analfabeto* (cf. Michaelis, *Moderno dicionário da língua portuguesa*), o *estado ou condição de analfabeto* (cf. *Novo Aurélio Século XXI* e *Dicionário Houaiss* da língua portuguesa), o contrário de analfabetismo – alfabetismo ou letramento – é o *estado ou condição de quem não é analfabeto*. Aliás, na própria formação da palavra *letramento* está presente a idéia de *estado*: a palavra traz o sufixo *-mento*, que forma substantivos de verbos, acrescentando a estes o sentido de “estado resultante de uma ação”, como ocorre, por exemplo, em acolhimento, ferimento, sofrimento, rompimento, lançamento; assim, de um verbo *letrar* (ainda não dicionarizado, mas necessário para designar a ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e de escrita, para além do apenas ensinar a ler e a escrever, do alfabetizar), forma-se a palavra *letramento*: estado resultante da ação de *letrar*.

No quadro desse conceito de letramento, o momento atual oferece uma oportunidade extremamente favorável para refiná-lo e torná-lo mais claro e preciso. É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica – o computador, a rede (a *web*), a Internet. É, assim, um momento privilegiado para, na ocasião mesma em que essas novas práticas de leitura e de escrita estão sendo introduzidas, captar o *estado ou condição* que estão instituindo: um momento privilegiado para identificar se as práticas de leitura e de escrita digitais, o letramento na cibercultura, conduzem a um estado ou condição diferente daquele a que conduzem as práticas de leitura e de escrita quirográficas e tipográficas,⁴ o letramento na cultura do papel. Uma compreensão mais clara deste último pode advir de seu confronto e contraste com o primeiro, replicando, em sentido inverso, Ong (1986), quando busca compreender o letramento pela via de seu confronto e contraste com a cultura oral.

Da oralidade à escrita

Ong (1986) enfatiza a dificuldade que temos, as mentes letradas, de entender a oralidade primária,⁵ porque a tecnologia da escrita está tão profundamente internalizada em nós que nos tornamos incapazes de separá-la de nós mesmos, e assim não conseguimos perceber sua presença e influência – não temos consciência da natureza do fenômeno do letramento, temos dificuldade de captar as características do estado ou condição de ser “letrado”, porque vivemos imersos nele. Para vencer essa dificuldade, Ong procura compreender o letramento na cultura do papel pela identificação das diferenças entre sociedades ágrafas e sociedades letradas, confrontando o mundo da oralidade primária com o mundo letrado.

Também os estudos sobre poemas épicos orais, feitos por Milman Parry e Albert Lord, tomando como objeto de análise Homero e os poetas épicos da antiga Iugoslávia, relatados em Lord (1960), e ainda os estudos de Havelock (1963, 1982, 1986) sobre a introdução da escrita na Grécia antiga, evidenciam, sempre tendo como termo de referência o texto escrito, as características dos textos orais, memorizados e recitados, características determinadas por sua forma de recepção, por seu gênero, por sua função (preservação da memória), por seus destinatários. Por outro lado, Goody (1977, 1987) analisa, fundamentando-se em pesquisas históricas e antropológicas, as diferenças de “mentalidade” entre povos de culturas ágrafas e povos de culturas letradas. Esses autores evidenciam como a introdução e prática da escrita trouxeram significativas mudanças na recepção do texto, nos gêneros e funções do texto, nos processos cognitivos e discursivos, enfim, no estado ou condição dos destinatários dos textos.

Para Ong, Parry, Lord, Havelock e Goody, o confronto e contraposição entre culturas letradas e culturas de oralidade primária permitiram uma compreensão mais ampla não só destas, mas também daquelas; da mesma forma, podemos buscar uma compreensão mais ampla da natureza do letramento na cultura do papel pela análise do processo em andamento, na cibercultura, de desenvolvimento de novas práticas digitais de leitura e de escrita, em confronto e contraposição com as já tradicionais práticas sociais quirográficas e tipográficas de leitura e de escrita. Ou seja: recuperar o significado de um letramento já ocorrido e já internalizado, flagrando um novo letramento que está ocorrendo e apenas começa a ser internalizado.

Tecnologias de escrita e letramento

Considerando que letramento designa o estado ou condição em que vivem e interagem indivíduos ou grupos sociais letrados, pode-se supor que as tecnologias de escrita, instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenham um papel de organização e reorganização desse estado ou condição. Lévy (1993) inclui as tecnologias de escrita entre as *tecnologias intelectuais*, responsáveis por gerar estilos de pensamento diferentes (observe-se o subtítulo de seu livro *As tecnologias da inteligência*: “o futuro do pensamento na era da informática”); esse autor insiste, porém, que as tecnologias intelectuais não *determinam*, mas *condicionam* processos cognitivos e discursivos.

Esse *condicionamento* tem sido estudado, ora defendido ora contestado, por muitos, em relação aos efeitos sobre culturas orais ou sobre indivíduos não-letrados, da introdução e prática da tecnologia de escrita quirográfica e tipográfica (basta citar aqui a admirável revisão e argumentação em torno desse tema feita por Olson, 1994). O mesmo começa a ocorrer em relação aos efeitos da introdução e prática da tecnologia de escrita digital sobre culturas de letramento tipográfico; entre os autores que vêm desenvolvendo essa reflexão, destacam-se Lévy (1993, 1999) e Chartier (1994, 1998, 2001).

Neste texto, não se pretende discutir propriamente esses efeitos, mas identificar as principais diferenças entre as tecnologias tipográficas e as tecnologias digitais de leitura e escrita, para delas tentar inferir as mudanças que provavelmente estão ocorrendo, ou virão a ocorrer, na natureza do letramento – do estado ou condição de “letrado”, e assim compreender melhor o próprio conceito de letramento.

Tecnologias tipográficas e digitais de leitura e de escrita

As diferenças entre tecnologias tipográficas e digitais de leitura e de escrita serão consideradas, neste texto, restringindo-se a análise ao uso de ambas essas tecnologias para a escrita de textos informativos ou literários; não se incluirá na análise o uso delas para a interação a distância. Assim, discute-se aqui, para confrontá-lo com o texto no papel, o texto na tela – o hipertexto; embora se reconheça que a análise da interação *on-line* (os *chats*, o *e-mail*, as listas de discussão, os fóruns, entre outros) seria elucidativa para melhor compreensão do conceito de letramento, confrontando-se essas modalidades de interação entre as pessoas com as modalidades de interação face-a-face ou por meio da

escrita no papel, renuncia-se a incluí-la neste texto, porque esse uso da tecnologia digital suscita questões específicas de natureza diversa, sobretudo lingüística, cuja discussão ultrapassaria os limites e objetivos deste artigo.⁶

Para a análise das tecnologias tipográficas e digitais de leitura e escrita de textos e hipertextos, são aqui considerados os dois elementos mais relevantes de diferenciação entre elas: o *espaço de escrita* e os *mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita*.

Os espaços de escrita

Espaço de escrita, na definição de Bolter (1991), é “o campo físico e visual definido por uma determinada tecnologia de escrita”. Todas as formas de escrita são espaciais, todas exigem um “lugar” em que a escrita se inscreva/escreva, mas a cada tecnologia corresponde um *espaço de escrita* diferente. Nos primórdios da história da escrita, o espaço de escrita foi a superfície de uma tabuinha de argila ou madeira ou a superfície polida de uma pedra; mais tarde, foi a superfície interna contínua de um rolo de papiro ou de pergaminho, que o escriba dividia em colunas; finalmente, com a descoberta do códice, foi, e é, a superfície bem delimitada da página – inicialmente de papiro, de pergaminho, finalmente a superfície branca da página de papel. Atualmente, com a escrita digital, surge este novo espaço de escrita: a tela do computador.

Há estreita relação entre o espaço físico e visual da escrita e as práticas de escrita e de leitura. O espaço da escrita relaciona-se até mesmo com o sistema de escrita: a escrita em argila úmida, que recebia bem a marca da extremidade em cunha do cálamo, levou ao sistema cuneiforme de escrita; a pedra como superfície a ser escavada serviu bem, num primeiro momento, aos hieróglifos dos egípcios, mas, quando estes passaram a usar o papiro, sua escrita, condicionada por esse novo espaço, foi-se tornando progressivamente mais cursiva e perdendo as tradicionais e estilizadas imagens hieroglíficas, exigidas pela superfície da pedra. O espaço de escrita relaciona-se também com os gêneros e usos de escrita, condicionando as práticas de leitura e de escrita: na argila e na pedra não era possível escrever longos textos, narrativas; não podendo ser facilmente transportada, a pedra só permitia a escrita pública em monumentos; a página, propiciando o códice, tornou possível a escrita de variados gêneros, de longos textos.

O espaço de escrita condiciona, sobretudo, as relações entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto. A extensa e

continua superfície do espaço de escrita no rolo de papiro ou pergaminho impunha uma escrita e uma leitura sem retornos ou retomadas. Já o texto nas páginas do códice tem limites claramente definidos, tanto a escrita quanto a leitura podem ser controladas por autor e leitor, permitindo releituras, retomadas, avanços, fácil localização de trechos ou partes; além disso, o códice torna evidente, materializando-a, a delimitação do texto, seu começo, sua progressão, seu fim, e cria a possibilidade de protocolos de leitura como a divisão do texto em partes, em capítulos, a apresentação de índice, sumário.

No computador, o espaço de escrita é a tela, ou a “janela”; ao contrário do que ocorre quando o espaço da escrita são as páginas do códice, quem escreve ou quem lê a escrita eletrônica tem acesso, em cada momento, apenas ao que é exposto no espaço da tela: o que está escrito antes ou depois fica oculto (embora haja a possibilidade de ver mais de uma tela ao mesmo tempo, exibindo uma janela ao lado de outra, mas sempre em número limitado).

O que é mais importante, porém, é que a escrita na tela possibilita a criação de um texto fundamentalmente diferente do texto no papel⁷ – o chamado *hipertexto* que é, segundo Lévy (1999, p. 56), “um texto móvel, caleidoscópico, que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor”. O texto no papel é escrito e é lido linearmente, seqüencialmente – da esquerda para a direita, de cima para baixo, uma página após a outra; o texto na tela – o hipertexto – é escrito e é lido de forma multilinear, multi-seqüencial, acionando-se *links* ou nós que vão trazendo telas numa multiplicidade de possibilidades, sem que haja uma ordem predefinida. A dimensão do texto no papel é materialmente definida: identifica-se claramente seu começo e seu fim, as páginas são numeradas, o que lhes atribui uma determinada posição numa ordem consecutiva – a página é uma unidade estrutural; o hipertexto, ao contrário, tem a dimensão que o leitor lhe der: seu começo é ali onde o leitor escolhe, com um clique, a primeira tela, termina quando o leitor fecha, com um clique, uma tela, ao dar-se por satisfeito ou considerar-se suficientemente informado – enquanto a página é uma unidade estrutural, a tela é uma unidade temporal. Lévy (1993, p. 40-41), em tópico que denomina significativamente e, esperamos, também exageradamente de *Réquiem para uma página*, compara a leitura do texto na página com a leitura do hipertexto:

Quando um leitor se desloca na rede de microtextos e imagens de uma enciclopédia, deve traçar fisicamente seu caminho nela, manipulando volumes,

virando páginas, percorrendo com seus olhos as colunas tendo em mente a ordem alfabética. [...] O hipertexto é dinâmico, está perpetuamente em movimento. Com um ou dois cliques, obedecendo por assim dizer ao dedo e ao olho, ele mostra ao leitor uma de suas faces, depois outra, um certo detalhe ampliado, uma estrutura complexa esquematizada. Ele se redobra e desdobra à vontade, muda de forma, se multiplica, se corta e se cola outra vez de outra forma. Não é apenas uma rede de microtextos, mas sim um grande metatexto de geometria variável, com gavetas, com dobras. Um parágrafo pode aparecer ou desaparecer sob uma palavra, três capítulos sob uma palavra ou parágrafo, um pequeno ensaio sob uma das palavras destes capítulos, e assim virtualmente sem fim, de fundo falso em fundo falso. [...] Ao ritmo regular da página se sucede o movimento perpétuo de dobramento e desdobramento de um texto caleidoscópico.

Em síntese, a tela, como novo espaço de escrita, traz significativas mudanças nas formas de interação entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto e até mesmo, mais amplamente, entre o ser humano e o conhecimento. Embora os estudos e pesquisas sobre os processos cognitivos envolvidos na escrita e na leitura de hipertextos sejam ainda poucos (ver, por exemplo, além das já citadas obras de Lévy, também Rouet, Levonen, Dillon e Spiro, 1996), a hipótese é de que essas mudanças tenham consequências sociais, cognitivas e discursivas, e estejam, assim, configurando um *letramento digital*, isto é, um certo *estado* ou *condição* que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do *estado* ou *condição* – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel. Para alguns autores, os processos cognitivos inerentes a esse letramento digital reaproximam o ser humano de seus esquemas mentais; Ramal (2002, p. 84) afirma:

Estamos chegando à forma de leitura e de escrita mais próxima do nosso próprio esquema mental: assim como pensamos em hipertexto, sem limites para a imaginação a cada novo sentido dado a uma palavra, também navegamos nas múltiplas vias que o novo texto nos abre, não mais em páginas, mas em dimensões superpostas que se interpenetram e que podemos compor e recompor a cada leitura.

Também Bolter (1991, p. 21-22) afirma que a escrita no papel, com sua exigência de uma organização hierárquica e disciplinada das idéias, contraria o fluxo natural do pensamento, que se dá por associações, em *rede* – segundo esse autor, é o hipertexto que veio legitimar o registro desse pensamento por associações, em rede, tornando-o possível ao escritor e ao leitor.

Já Lévy (1999, p. 157) afirma que a cibercultura traz uma *mutação da relação com o saber*. Para este autor, “o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas”, como a memória, que “se encontra tão objetivada em dispositivos automáticos, tão separada do corpo dos indivíduos ou dos hábitos coletivos que nos perguntamos se a própria noção de memória ainda é pertinente” (Lévy, 1993, p. 118); como a imaginação, que se enriquece com as simulações; como a percepção, que se amplifica com os sensores digitais, as realidades virtuais. Chartier (1994, p. 100-101) considera o texto na tela uma revolução do espaço da escrita que altera fundamentalmente a relação do leitor com o texto, as maneiras de ler, os processos cognitivos:

Se abrem possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar específico; às relações de contigüidade estabelecidas no objeto impresso ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. Essas mutações comandam, inevitavelmente, imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais.

Pode-se concluir que a tela como espaço de escrita e de leitura traz não apenas novas formas de acesso à informação, mas também novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever, enfim, um novo letramento, isto é, um novo estado ou condição para aqueles que exercem práticas de escrita e de leitura na tela. É deste novo letramento que nos fala Bolter, um entusiasta das novas tecnologias, em seu já clássico livro (1991):

The printed book [...] seems destined to move to the margin of our literate culture. [...] the idea and the ideal of the book will change: print will no longer define the organization and presentation of knowledge, as it has for the past five centuries. This shift from print to the computer does not mean the end of literacy. What will be lost is not literacy itself, but the literacy of print, for electronic technology offers us a new kind of book and new ways to write and read. The shift to the computer will make writing more flexible, but it will also threaten the definitions of good writing and careful reading that have been fostered by the technique of printing. [...] The computer is restructuring our current economy of writing. It is changing the cultural status of writing as well as the method of producing books. It is changing the relationship of the author to the text and of both author and text to the reader. (p. 2-3)⁸

Os mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita

Antes da invenção da imprensa, a produção e reprodução manuscritas dos textos condicionavam sua difusão, seu uso e, conseqüentemente, as práticas de escrita e de leitura: por um lado, os livros manuscritos da Idade Média eram objetos de luxo, a que poucos tinham acesso – Umberto Eco representa bem a relação do homem medieval com os livros manuscritos, em *O nome da rosa*; por outro lado, os copistas freqüentemente alteravam o texto, ou por erro ou por intervenção consciente, de modo que cópias do mesmo texto raramente eram idênticas; além disso, ao possuidor ou ao leitor do manuscrito era garantida a possibilidade de intervir no texto, acrescentando títulos, notas, observações pessoais, porque espaços em branco eram deixados para essa finalidade.

Embora a invenção da imprensa, e para isso alertou Chartier (1998, p. 7-9), não tenha representado uma transformação tão radical como se costuma supor – “um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais, as do códex”, a verdadeira “revolução” tendo sido, na verdade, a descoberta deste, o códex – a “revolução” de Gutenberg alterou profundamente as formas de produção, de reprodução e de difusão da escrita, e, conseqüentemente, modificou significativamente as práticas sociais e individuais de leitura e de escrita – modificou o letramento, isto é, o estado ou condição de quem participa de eventos em que tem papel fundamental a escrita.

A tecnologia da impressão *enformou* a escrita, muito mais do que o tinham feito o rolo e o códice, em algo estável, monumental e controlado: estável, porque o texto se torna então reproduzível em cópias sempre idênticas; monumental porque o texto impresso, muito mais que o manuscrito, sobrevive e persiste como um monumento a seu autor e a seu tempo; controlado porque numerosas instâncias intervêm em sua produção e a regulam.

Em primeiro lugar, são as tecnologias de impressão e difusão da escrita que instauram a propriedade sobre a obra, propriedade que se expressa concretamente no surgimento da figura do autor, em geral difuso e não identificado anteriormente, nos livros manuscritos, e instituem, conseqüentemente, os direitos autorais, a criminalização da cópia e do plágio.

Em segundo lugar, são as tecnologias de impressão e difusão da escrita que criam muitas e várias instâncias de controle do texto – de

sua escrita e de sua leitura: o texto é produto não só do autor, mas também do editor, do diagramador, do programador visual, do ilustrador, de todos aqueles que intervêm na produção, reprodução e difusão de textos impressos em diferentes portadores (jornais, revistas, livros...). Altera-se, assim, fundamentalmente, o estado ou condição dos que escrevem e dos que lêem – o letramento na cultura do texto impresso diferencia-se substancialmente do letramento na cultura do texto manuscrito.

Atualmente, a cultura do texto eletrônico traz uma nova mudança no conceito de letramento. Em certos aspectos essenciais, esta nova cultura do texto eletrônico traz de volta características da cultura do texto manuscrito: como o texto manuscrito, e ao contrário do texto impresso, também o texto eletrônico não é estável, não é monumental e é pouco controlado. Não é estável porque, tal como os copistas e os leitores freqüentemente interferiam no texto, também os leitores de hipertextos podem interferir neles, acrescentar, alterar, definir seus próprios caminhos de leitura; não é monumental porque, como consequência de sua não-estabilidade, o texto eletrônico é fugaz, impermanente e mutável; é pouco controlado porque é grande a liberdade de produção de textos na tela e é quase totalmente ausente o controle da qualidade e conveniência do que é produzido e difundido.

Enquanto no texto impresso é grande a distância entre autor e leitor – segundo Bolter (1991, p. 3), o autor do texto impresso é *a monumental figure* (uma figura monumental) e o leitor é apenas *a visitor in the author's cathedral* (um visitante na catedral do autor) – no texto eletrônico, a distância entre autor e leitor se reduz, porque o leitor se torna, ele também, autor, tendo liberdade para construir, ativar e independentemente, a estrutura e o sentido do texto. Na verdade, o hipertexto é construído pelo leitor no ato mesmo da leitura: optando entre várias alternativas propostas, é ele quem define o texto, sua estrutura e seu sentido. Enquanto no texto impresso, cuja linearidade, por si só, já impõe uma estrutura e uma seqüência, o autor procura controlar o leitor, lançando mão de protocolos de leitura que definam os *limites da interpretação* e impeçam a *superinterpretação*, como propõe Umberto Eco (1995, 2001), no texto eletrônico, ao contrário, o autor será tanto mais competente quanto mais alternativas de estruturação e seqüenciação do texto possibilitar, quanto mais opções de interpretação ofereça ao leitor. Na verdade, o hipertexto não tem propriamente um autor; em primeiro lugar, porque a intertextualidade, presente, no texto impresso, quase exclusivamente por alusão, no hipertexto se materializa, na medida em

que este se constrói pela articulação de textos diversos, de diferentes autorias – no hipertexto, não há uma autoria, mas uma multi-autoria. Assim, o texto eletrônico exige uma reconceituação radical de autoria, de propriedade sobre a obra, de direitos autorais (questões polêmicas que vêm sendo amplamente discutidas, mas ainda não resolvidas), o que tem, sem dúvida, efeitos nas práticas de leitura e de escrita.

Por outro lado, na cultura da tela, altera-se radicalmente o controle da publicação: enquanto, na cultura impressa, editores, conselhos editoriais decidem o que vai ser impresso, determinam os critérios de qualidade, portanto, instituem autorias e definem o que é oferecido a leitores, o computador possibilita a publicação e distribuição na tela de textos que escapam à avaliação e ao controle de qualidade: qualquer um pode colocar na rede, e para o mundo inteiro, o que quiser; por exemplo, um artigo científico pode ser posto na rede sem o controle dos conselhos editoriais, dos *referees*, e ficar disponível para qualquer um ler e decidir individualmente sobre sua qualidade ou não.

Pode-se concluir que não é só este novo espaço de escrita que é a tela que gera um novo letramento, para isso também contribuem os mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita e da leitura. Segundo Eco (1996), os eventos de letramento que ocorrem com a intermediação da Internet exigem novas práticas e novas habilidades de leitura e de escrita: “We need a new form of critical competence, an as yet unknown art of selection and decimation of information, in short, a new wisdom” (Precisamos de uma nova forma de competência crítica, uma ainda desconhecida arte de seleção e eliminação de informação, em síntese, uma nova sabedoria).

Letramentos, o plural

Recorde-se o título do primeiro tópico deste texto, *Conceitos de letramento*: o plural foi posto na palavra *conceitos*, não na palavra *letramento*, e o objetivo, naquele momento, foi discutir diferentes perspectivas na caracterização do fenômeno, ali considerado como fenômeno singular, referindo-se, implicitamente, a práticas de leitura e de escrita na cultura do papel. A reflexão que a seguir se fez sobre a escrita na cultura da tela – na cibercultura, o confronto entre tecnologias tipográficas e digitais de escrita e seus diferenciados efeitos sobre o estado ou condição de quem as utiliza, sugere que se pluralize a palavra *letramento* e se reconheça que diferentes tecnologias de escrita criam diferentes *letramentos*. Na verdade, essa necessidade de pluralização da

palavra letramento e, portanto, do fenômeno que ela designa já vem sendo reconhecida internacionalmente,⁹ para designar diferentes efeitos cognitivos, culturais e sociais em função ora dos contextos de interação com a palavra escrita, ora em função de variadas e múltiplas formas de interação com o mundo – não só a palavra escrita, mas também a comunicação visual, auditiva, espacial.

Dados os limites e objetivos deste texto, esses muitos letramentos não são aqui discutidos; propõe-se o uso do plural *letramentos* para enfatizar a idéia de que diferentes tecnologias de escrita geram diferentes *estados* ou *condições* naqueles que fazem uso dessas tecnologias, em suas práticas de leitura e de escrita: diferentes *espaços de escrita* e diferentes *mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita* resultam em diferentes *letramentos*.

Voltando ao primeiro parágrafo deste texto, o que aqui se pretendeu foi perseguir uma mais ampla compreensão de letramento, buscando, para além do sentido com que essa palavra e fenômeno vêm sendo usados, limitadamente com referência apenas a práticas de leitura e de escrita no contexto de uma cultura do papel, um novo sentido, consequência do surgimento, ao lado da cultura do papel, de uma cibercultura. A conclusão é que letramento é fenômeno plural, historicamente e contemporaneamente: diferentes letramentos ao longo do tempo, diferentes letramentos no nosso tempo.

Recebido e aprovado em novembro de 2002.

Notas

1. Segundo Lévy (1999, p. 17), *cibercultura* designa “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Segundo o mesmo autor, *ciberespaço* é “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”.
2. Na verdade, a dificuldade de formular um conceito preciso de letramento parece ser inerente ao próprio fenômeno; a esse propósito, ver Soares (1998a).
3. Obviamente, está subjacente a esse conceito de letramento o pressuposto de que a aprendizagem e o exercício de práticas de leitura e escrita têm efeitos sociais, cognitivos, discursivos sobre indivíduos e grupos, o que, reconhece-se, é uma questão polêmica, não discutida neste texto, por ultrapassar seus limites e objetivos. Apenas convém lembrar que a principal objeção a esse pressuposto se fundamenta na tese de que é a escolarização, e não a aquisição da escrita e de suas práticas sociais, que tem efeitos cognitivos, sociais, discursivos sobre indivíduos e grupos sociais (cf. Scribner & Cole, 1981); essa objeção, porém, não invalida o pressuposto: se a escolarização tem efeitos

sociais, cognitivos, discursivos sobre os indivíduos e grupos sociais, conseqüentemente as práticas de leitura e escrita também têm, ou mesmo *sobretudo* têm, já que o componente mais forte da escolarização são, sem dúvida, as práticas de leitura e de escrita.

4. O adjetivo *tipográfico*, neste texto, usado para qualificar leitura, escrita ou letramento, não se refere apenas, restritamente, a textos impressos com tipos, mas a textos impressos de modo geral, seja qual for o processo de composição – não só tipográfico, mas também por fotocomposição, por editoração eletrônica etc. Atualmente, é com esse sentido amplo que esse adjetivo tem sido usado.
5. Para Ong (1982, p. 6), oralidade primária é “the orality of cultures untouched by literacy”; para Lévy (1993, p. 77): “A oralidade *primária* remete ao papel da palavra antes que uma sociedade tenha adotado a escrita, a oralidade *secundária* está relacionada a um estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como o conhecemos hoje. Na oralidade primária, a palavra tem como função básica a gestão da memória social, e não apenas a livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana. Hoje em dia, a palavra viva, as palavras que ‘se perdem no vento’, destaca-se sobre o fundo de um imenso corpus de textos: ‘os escritos que permanecem’. O mundo da oralidade primária, por outro lado, situa-se antes de qualquer distinção escrito/falado.”
6. Vários autores têm discutido as características e implicações da interação *on-line*; já em 1985, Meyrowitz propõe uma análise sociológica da questão: MEYROWITZ, J. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1985; coletânea organizada por David Porter, apresenta textos sobre comunidades virtuais: PORTER, D. (Ed.). *Internet culture*. New York and London: Routledge, 1996; Patrick Rebollar apresenta e analisa uma nova convivência intelectual mundializada, na área da literatura, trazendo de volta os “salões literários”, como indica o título de seu livro: REBOLLAR, P. *Les salons littéraires sont dans l'internet*. Paris: PUF, 2002; duas obras recentes analisam a interação *on-line* sob a perspectiva da linguagem: CRYSTAL, D. *Language and the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001; DEJOND, A. *La cyberl@ngue française*. Tournai, Belgique: La Renaissance du Livre, 2002.
7. É preciso lembrar, porém, autores que, já antes do texto na tela, lançaram mão, no texto no papel, de estratégias do hipertexto; pode-se citar, como exemplos: *O jogo da amarelinha*, de Cortázar, *O jardim de veredas que se bifurcam*, de Borges, *Se numa noite de inverno um viajante*, de Calvino.
8. “O livro impresso [...] parece estar destinado a afastar-se para a margem de nossa cultura letrada. [...] a idéia e o ideal do livro será alterado: o impresso não mais definirá a organização e a apresentação do conhecimento, como aconteceu nos últimos cinco séculos. Essa mudança da imprensa para o computador não significa o fim do letramento. O que será perdido não é propriamente o letramento, mas o letramento da imprensa, porque a tecnologia eletrônica oferece-nos um novo tipo de livro e novas maneiras de escrever e de ler. A mudança para o computador tornará a escrita mais flexível, mas também alterará as definições de escrita de boa qualidade e de leitura cuidadosa que foram geradas pela técnica da impressão. [...] O computador está reestruturando nossa atual economia de escrita. Está mudando o status cultural da escrita e também o método de produção de livros. Está mudando a relação do autor com o texto e de ambos, autor e texto, com o leitor”.
9. Por exemplo, em língua inglesa, são numerosas obras recentes que trazem, em seu próprio título, a palavra no plural, como: GEE, J.P. *Social linguistics and literacies*. London: Taylor & Francis, 1996; BARTON, D.; HAMILTON, M. *Local literacies*. London: Routledge, 1998; LANKSHEAR, C. *Changing literacies*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1997; BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Eds.) *Situated literacies*. London: Routledge, 2000; GREGORY, E.; WILLIAMS, A. *City literacies*. London: Routledge, 2000;

COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds.). *Multiliteracies*. London: Routledge, 2000. Entre nós, foi recentemente publicado livro que propõe o conceito de letramentos múltiplos: CAVALCANTE JR., F.S. *Por uma escola do sujeito: o método (con)texto de letramentos múltiplos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

Referências bibliográficas

BOLTER, J. D. *Writing space: the computer, hypertext, and the history of writing*. HILLSDALE, N. J.: L. Erlbaum, 1991.

CHARTIER, R. Do códex à tela: as trajetórias do escrito. In: CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, DF: UnB, 1994. p. 95-111.

CHARTIER, R. *Le livre en révolutions*. Paris: Textuel, 1997. (Trad. português: *A aventura do livro*. São Paulo: UNESP, 1998).

CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ECO, U. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ECO, U. From Internet to Gutemberg. 1996. Disponível em: <<http://www.italianacademy.columbia.edu/internet.htm>>. Acesso em 3 mar.2001.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOODY, J. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University, 1977.

GOODY, J. *The interface between the written and the oral*. Cambridge: Cambridge University, 1987.

HAVELOCK, E.A. *Preface to Plato*. Cambridge, Mass: Belknap; Harvard University, 1963. (Trad. Português: *Prefácio a Platão*. Campinas: Papirus, 1996).

HAVELOCK, E.A. *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. Princeton: Princeton University, 1982. (Trad. português: *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996).

- HAVELOCK, E.A. *The muse learns to write: reflections on orality and literacy from antiquity to the present*. New Haven: Yale University, 1986.
- HEATH, S. Protean shapes in literacy events: ever-shifting oral and literate traditions. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood, N.J.: Ablex, 1982, p. 91-117.
- KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.
- KLEIMAN, A. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (Org.). *Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 173-203.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- LORD, A.B. *The singer of tales*. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1960.
- OLSON, D.R. *The world on paper: the conceptual and cognitive implications of writing and reading*. Cambridge: Cambridge University, 1994. (Trad. português: O mundo no papel. São Paulo: Ática, 1997).
- ONG, W. J. Writing is a technology that restructures thought. In: BAUMANN, G. *The written word: literacy in transition*. Oxford: Clarendon, 1986, p. 23-50.
- ONG, W.J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Methuen, 1982. (Trad. português: Oralidade e cultura escrita. Campinas: Papirus, 1998).
- RAMAL, A.C. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ROUET, J.-F. et al. (Eds.). *Hypertext and cognition*. Mahwah, N. J.: L. Erlbaum, 1996.
- SCRIBNER, S.; COLE, M. *The psychology of literacy*. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1981.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998a, p. 61-125.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998b.

TFOUNI, L.V. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.

TFOUNI, L.V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.